



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
REITORIA
Avenida Prof. Mário Werneck, 2590 - Buritis - Belo Horizonte - MG - Brasil
CEP: 30575-180 | Telefone: (31) 2513-5222

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Belo Horizonte, MG

Março de 2016

Sumário

I.	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	3
II.	CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	4
	a) Finalidades do Instituto	4
	b) Concepção do Curso	5
	c) Perfil Profissional de Conclusão	6
	d) Objetivos e Competências	6
III.	ESTRUTURA DO CURSO	7
	a) Perfil do pessoal docente e técnico	7
	b) Requisitos e formas de acesso ao curso	7
	c) Organização curricular	8
	d) Critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores	29
	e) Biblioteca, Instalações e Equipamentos	31
	f) Metodologias de ensino	31
	g) Estratégias de integração do ensino e articulação com a sociedade	32
	h) Estratégias de apoio ao discente	33
IV.	PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO	33
	a) Avaliação dos discentes	33
	b) Avaliação dos docentes	35
	c) Avaliação do curso	36
	d) Objetos de avaliação do trabalho docente e do curso	37
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
REITORIA
Avenida Prof. Mário Werneck, 2590 - Buritis - Belo Horizonte - MG - Brasil
CEP: 30575-180 | Telefone: (31) 2513-5222

Reitor	Prof. Kléber Gonçalves Glória
Pró-Reitor de Extensão	Prof. Carlos Bernardes Rosa Júnior
Coordenador Geral do PRONATEC	Reinaldo Trindade Proença

I. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do curso: Técnico em Vigilância em Saúde

Razão Social: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

Sigla: IFMG

Atos legais autorizativos:

E-mail de contato: pedagogico.pronatec@ifmg.edu.br

Site da unidade: www.ifmg.edu.br

Eixo tecnológico: Ambiente e Saúde

Titulação: Técnico em Vigilância em Saúde

Modalidade: Subsequente ou Concomitante

Número de Vagas: de acordo com a demanda

Turno: de acordo com a demanda

Carga Horária Total: 1200 horas

Prazo previsto para integralização curricular: 4 semestres*

*Observação: O prazo de integralização curricular não poderá ser superior a três anos, variando de acordo com as peculiaridades dos municípios parceiros.

II. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

a) Finalidades do Instituto

Em dezembro de 2008, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.892 que instituiu, no Sistema Federal de Ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Com esta lei, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a partir dos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) e Escolas Técnicas Federais vinculadas a universidades (BRASIL, 2008).

Segundo o artigo 6º desta lei, os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Cada Instituto foi organizado com a seguinte estrutura: as unidades foram transformadas em campus e as instituições passaram a contar com uma reitoria. A lei acima citada conferiu a cada Instituto autonomia, nos limites de sua área de atuação territorial, para criar e extinguir cursos e registrar diplomas dos cursos oferecidos, mediante autorização do Conselho Superior.

As novas instituições foram orientadas a ofertar metade de suas vagas para cursos técnicos integrados, para dar ao jovem uma possibilidade de formação profissional já no ensino médio. Na educação superior, a prioridade de oferta foi para os cursos de tecnologia, cursos de licenciatura e cursos de bacharelado e engenharia.

Um dos Institutos criados pela lei acima citada foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG). Sua criação se deu mediante a integração dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica de Ouro Preto e Bambuí, da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista e de duas Unidades de Educação descentralizadas de Formiga e Congonhas que, por força da Lei, passaram de forma automática à condição de campus da nova instituição.

Atualmente, o IFMG está constituído pelos campi: Bambuí, Betim, Congonhas, Formiga, Governador Valadares, Ouro Branco, Ouro Preto, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia e São João Evangelista. Campi avançado: Conselheiro Lafaiete, Ipatinga, Itabirito, Piumhi, Ponte Nova, entre outros. A sede da Reitoria do IFMG está localizada na cidade de Belo Horizonte.

b) Concepção do Curso

A sociedade atual demanda uma ciência integrada às novas demandas do mercado: uso das novas tecnologias, novos parâmetros ambientais e novas possibilidades de inserção social, considerando, principalmente, a demanda por ações de responsabilidade social. Nesse sentido, objetiva-se que os diversos cursos oferecidos pela instituição (cursos de formação inicial e continuada, técnicos e superiores) possibilitem uma formação mais ampla, oferecendo aos estudantes o desenvolvimento da criticidade, da responsabilidade social e ambiental, da autonomia para a busca de novos conhecimentos, juntamente com

o acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos específicos da área em que se formaram.

Em um contexto como o da sociedade brasileira, de baixa escolarização da população jovem e adulta, a oferta de cursos técnicos de qualidade contribui para a democratização do acesso à educação profissional e tecnológica, além de coadunar-se à necessidade de se elevar os níveis de escolaridade desses segmentos da população.

Dessa forma, a oferta de cursos técnicos cumprirá com os objetivos sociais do IFMG, que consiste em ofertar ensino público, gratuito e de qualidade para os cidadãos brasileiros, contribuindo para a emancipação dos sujeitos por meio de formação técnico-humanística de qualidade.

c) Perfil Profissional de Conclusão

O Técnico em Vigilância em Saúde desenvolve ações de inspeção e fiscalização sanitárias, aplica normatização relacionada a produtos, processos, ambientes, inclusive o do trabalho e serviços de interesse da saúde. Investiga, monitora e avalia riscos e determinantes de agravos e danos à saúde e ao meio ambiente. Compõe equipes multidisciplinares de planejamento, execução e avaliação do processo de vigilância sanitária, epidemiológica, ambiental e saúde do trabalhador. Atua no controle do fluxo de pessoas, animais, plantas e produtos em portos, aeroportos e fronteiras. Desenvolve ações de controle e monitoramento de doenças, endemias e de vetores.

d) Objetivos e Competências

Formar profissionais capacitados para:

- Desenvolver ações de inspeção e fiscalização sanitárias;
- Aplicar normatizações relacionadas a produtos, processos, ambientes, inclusive o do trabalho e serviços de interesse da saúde;
- Investigar, monitorar e avaliar riscos e os determinantes dos agravos e danos à saúde e ao meio ambiente;

- Compor equipes multidisciplinares de planejamento, execução e avaliação do processo de vigilância sanitária, epidemiológica, ambiental e saúde do trabalhador;
- Atuar no controle do fluxo de pessoas, animais, plantas e produtos em portos, aeroportos e fronteiras;
- Desenvolver ações de controle e monitoramento de doenças, endemias e de vetores;
- Propiciar a formação de profissionais dotados de princípios éticos, visão crítica, comprometidos com o desenvolvimento regional e respeito à natureza e diversidade, contribuindo para melhorar a qualidade de vida do ser humano.

III. ESTRUTURA DO CURSO

a) Perfil do pessoal docente e técnico

A seleção de docentes e técnicos ocorrerá por meio de editais, uma vez que a oferta dos cursos será realizada de acordo com a demanda.

b) Requisitos e formas de acesso ao curso

Para ingressar nos cursos técnicos do PRONATEC na modalidade concomitante, os interessados devem estar regularmente matriculados na segunda ou terceira série dessa etapa de ensino em escola estadual, conforme pactuação realizada com a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, parceira do IFMG.

O acesso aos cursos na modalidade subsequente se dará por meio de inscrição realizada pelos demandantes no SISUTEC, em local e período determinado pelo MEC e segundo critérios de seleção por ele definidos. De acordo com orientações constantes na lei 12.513/2011, que institui o PRONATEC, serão atendidos preferencialmente estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; trabalhadores - agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores; beneficiários dos programas federais de transferência de renda, em especial,

nos cursos oferecidos por intermédio da Bolsa-Formação, mulheres responsáveis pela unidade familiar.

c) Organização curricular

MÓDULO I		
Disciplinas	Carga Horária	Número de Aulas Hora Aula (60 min.)
Biologia	60 horas	60
Ética Profissional	60 horas	60
Introdução à informática	60 horas	60
Introdução à profissão em Vigilância em Saúde	60 horas	60
Introdução ao SUS	60 horas	60
Total	300 horas	300

MÓDULO II		
Disciplinas	Carga Horária	Número de Aulas Hora Aula (60 min.)
Ectoparasitas e Animais Peçonhentos	60 horas	60
Vigilância Epidemiológica	60 horas	60
Sistema de Limpeza Urbana	60 horas	60
Sistema de Abastecimento de Água	60 horas	60
Sistema de Esgotamento Sanitário e Drenagem	60 horas	60
Total	300 horas	300


MÓDULO III		
Disciplinas	Carga Horária	Número de Aulas Hora Aula (60 min.)
Normas e Padrões de Qualidade dos Alimentos	60 horas	60
Inspeção, Legislação Sanitária e Ambiental	60 horas	60
Doenças Vetoriais, Viróticas e Reconhecimento Geográfico	60 horas	60
Planejamento Urbano	60 horas	60
Metodologia da Pesquisa em Saúde I	60 horas	60
Total	300 horas	300

MÓDULO IV		
Disciplinas	Carga Horária	Número de Aulas Hora Aula (60 min.)
Diretrizes Básicas do Sistema Único de Saúde	60 horas	60
Segurança e Saúde no Trabalho	60 horas	60
Doenças Parasitárias Viróticas e Bacterianas	60 horas	60
Educação em Saúde	60 horas	60
Metodologia da Pesquisa em Saúde II	60 horas	60
Total	300 horas	300

Total hora aula	Número de Aulas hora aula (60 min.)
1.200 horas	1.200


✓ Ementas e outras informações sobre as disciplinas

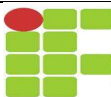
Módulo: I


	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
	Curso: Técnico em Vigilância em Saúde	Disciplina: Biologia
	Módulo: I	
Total de Horas: 60 horas	Aulas Teóricas: 60 horas	Aulas Práticas: -
Ementa do Programa		
Evolução. Biologia celular: morfologia e fisiologia celular (fotossíntese e respiração). Taxonomia. Biologia dos microrganismos: vírus, fungos, bactérias e protozoários.		
Objetivos		
<p>Objetivo Geral: Estudo dos seres vivos, dos processos biológicos e das interações dos seres vivos com o ambiente.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Compreender conceitos científicos importantes para o entendimento da vida; ● Conhecer as características do meio ambiente e sua importância para a manutenção da vida na terra; ● Oferecer noções de higiene para possibilitar uma vida com mais qualidade; ● Ampliar o conhecimento sobre o funcionamento do corpo humano; ● Proporcionar o debate crítico sobre teorias científicas atuais; ● Oferecer informações básicas sobre as doenças, suas formas de contágio, sintomas e procedimentos de tratamento e cura; ● Trabalhar com os temas relacionados à alimentação saudável e as consequências do uso de drogas lícitas e ilícitas; ● Conscientizar sobre a importância do desenvolvimento sustentável para a manutenção saudável do planeta Terra. 		
Bibliografia Básica		
AMABIS, José Mariano & MARTHO, Gilberto Rodrigues. Fundamentos da Biologia Moderna . Volume Único. São Paulo: Editora Moderna, (1997/2003). BARNES,R.D. Zoologia dos invertebrados . São Paulo: RO,1984. JUNQUEIRA,L.C. et al Biologia celular e molecular . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan,1990		
Bibliografia Complementar		
BEHE, M.J. A caixa preta de Darwin . Rio de Janeiro: Jorge Zahar,1997. BRANCO,S.M. Ecologia em debate . São Paulo: Moderna, 1997.		

MARCZWSKI, M & VÉLEZ, E. **Ciências Biológicas**. São Paulo: Ed. FTD, 3 Volumes. 1999.
 MERCADANTE, C. ET all. **Biologia**. São Paulo: Ed. Moderna. 2002.
 PAULINO, W. R. **Biologia Atual**. São Paulo: Ed. Ática. 3 Volumes . 2003.


 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Vigilância em Saúde	Disciplina: Ética Profissional	
	Módulo: I	
Total de Horas: 60 horas	Aulas Teóricas: 60 horas	Práticas: -
Ementa do Programa		
Fundamentos da ética. Legislação profissional. Código de ética.		
Objetivos		
<p>Objetivo Geral: Compreender a especificidade da ética e sua relação com os fundamentos interdisciplinares histórico-filosóficos, sócio-econômicos e políticos; imprescindíveis à compreensão da construção do caráter ético do ser humano.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Analisar o conceito de Ética e sua operacionalização no cotidiano; ● Refletir sobre o senso de responsabilidade e a atitude crítica autônoma diante da realidade Social; ● Expor os princípios fundamentais do pensamento ético universal; ● Cultivar o senso ético nas relações humanas para uma sociedade mais harmônica. ● Compreender a estrutura da ética e do direito num todo e a sua aplicação ao ramo da saúde. 		
Bibliografia Básica		
BRANCATO, Ricardo Teixeira. Instituições de direito público e de direito privado . 12. ed. rev. ampl. São Paulo: Saraiva, 2003.		
FRANÇA, GV. Direito médico . 6ed. São Paulo: Fundação BYK, 1995.		
FREIRE O. Pareceres . São Paulo: Saraiva, 1935.		
Bibliografia Complementar		
FAVERO F. Deontologia médica e medicina profissional . São Paulo: Livraria Martins Editora, 1945.		
FRANÇA, GV. Tratamento Arbitrário, aspectos éticos e legais : Bioética Clínica. Rio de Janeiro: Editora Revinter, 2003.		
SELMA L. Erro médico : uma ferida social. Brasília: Goiânia Cartográfica, 1991.		
SOBANIA, LC. A Ética Na Emergência : Desafios Éticos. Brasília: Edição do Conselho Federal de Medicina, 1993.		
Urban CA. Bioética Clínica . Rio de Janeiro: Revinter, 2003.		

 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Vigilância em Saúde	Disciplina: Introdução à informática	
	Módulo: I	
Total de Horas: 60 horas	Aulas Teóricas: 60 horas	Aulas Práticas:
Ementa do Programa		
Conceitos básicos de Informática. Ferramentas de produção e edição de texto. Planilha eletrônica. Apresentação de slides.		
Objetivos		
<ul style="list-style-type: none"> ● Conhecer a informática na administração e sua aplicabilidade; ● Fornecer suporte necessário para o entendimento dos conceitos da computação, possibilitando ao aluno o uso dos computadores e da informática como ferramenta necessária às diversas tarefas cotidianas. ● Viabilizar os processos administrativos e operacionais das organizações. 		
Bibliografia Básica		
BRAGA, William. Informática Elementar 2ed: Windows Xp, Word 2003 e Excel2003. Alta Books. 2007. MORIMOTO, Carlos Eduardo. Linux Entendendo o Sistema - Guia Prático. Sulina. 2005 VELLOSO, Fernando C. Informática: uma introdução . 3a. ed. Rio e Janeiro: Campus, 1990.		
Bibliografia Complementar		
MANZANO, João Carlos N. G.; MANZANO André Luiz N. G. Estudo dirigido de Windows XP . 8. ed. São Paulo: Editora Érica, 2007. MARÇULA, M. Informática: Conceitos e Aplicações , São Paulo: Érica, 2008. NASCIMENTO, J.K.F. Informática Básica . Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2012 NORTON, P. Introdução à Informática . São Paulo: Pearson Education do Brasil, 1998. SILVA, Mário Gomes da. Informática: Terminologia Básica , Microsoft Windows XP, Microsoft Office Word 2007, Microsoft Office Excel 2007, Microsoft Office Access 2007 e Microsoft Office PowerPoint 2003. São Paulo: Érica, 2008.		


 INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Vigilância em Saúde	Disciplina: Introdução à profissão em Vigilância em Saúde	
Total de Horas: 60 horas	Aulas Teóricas: 60 horas	Aulas Práticas:
Ementa do Programa		
Características da profissão. Legislação pertinente à área de atuação. Mercado de trabalho.		
Objetivos		
<p>Objetivo Geral: A vigilância em saúde tem por objetivo a observação e análise permanente da situação de saúde da população, articulando-se em um conjunto de ações destinadas a controlar determinantes, riscos e danos à saúde de populações que vivem em determinados territórios, garantindo a integralidade da atenção, o que inclui tanto a abordagem individual como coletiva dos problemas de saúde.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Investigar, monitorar e avaliar riscos e os determinantes dos agravos e danos à saúde e ao meio ambiente. ● Compor equipes multidisciplinares de planejamento, execução e avaliação do processo de vigilância sanitária, epidemiológica, ● Apresentar conhecimentos introdutórios sobre o trabalho do Técnico em Vigilância em Saúde e o ambiente de trabalho; lugares, situação de trabalho e Saúde;: 		
Bibliografia Básica		
BARATA, R.B. (Org.) Condições de Vida e Situação de Saúde . Rio de Janeiro: ABRASCO, 1997. BRASIL. Ministério da Saúde. Vigilância em Saúde no SUS: fortalecendo a capacidade de resposta aos velhos e novos desafios . Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde, 2006. GARCIA, Márcia (org.) Vigilância em Saúde . Rio de Janeiro: Escola de Governo em Saúde, 2004.		
Bibliografia Complementar		
TARRIDE, Mário Ivan. Saúde Pública: uma complexidade anunciada . Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. GENTILE, M. Promoção da Saúde e Município Saudável . São Paulo: VIVERE, Estudos em Políticas Sociais, 2001. WAGNER, G; MINAYO, C et. Al (Orgs) Tratado de Saúde Coletiva . Rio de Janeiro: HUCITEC / FIOCRUZ. 2006. WALDMAN, E. A. Vigilância em Saúde Pública . São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1998.		

 INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Vigilância em Saúde	Disciplina: Introdução ao SUS	
	Módulo: I	
Total de Horas: 60 horas	Aulas Teóricas: 60 horas	Aulas Práticas:
Ementa do Programa		
Políticas Públicas de Saúde no Brasil. Organização do Sistema Único de Saúde (SUS). Modelos assistenciais de saúde no Brasil.		
Objetivos		
<ul style="list-style-type: none"> ● Compreender as Políticas Públicas de Saúde no contexto do trabalho de forma que estas subsidiem as ações e os serviços de acordo com o conceito ampliado da saúde, os princípios e as diretrizes preconizadas pelo Sistema Único de Saúde – SUS. ● Conhecer a organização e o funcionamento do sistema de saúde vigente no país; ● Conhecer a estrutura e a organização do sistema de saúde, identificando as diversas formas de trabalho e suas possibilidades de atuação na área. 		
Bibliografia Básica		
<p>A reforma sanitária brasileira após 20 anos do SUS: Reflexões. Revista Saúde em Debate, Rio de Janeiro. V.33, n.81, p.27- 37, jan/abr.2009. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/csp/v25n7/20.pdf Acesso em 16 de out. de 2014.</p> <p>BAHIA, L. Padrões e mudanças no financiamento e regulação do Sistema de Saúde Brasileiro: impactos sobre as relações entre o público e privado. IN: Revista Saúde e Sociedade. São Paulo, vol.14, n.2, p.9 -30, mai - ago, 2005.</p> <p>BRASIL, Ministério da Saúde. Reforma do Sistema de Atenção Hospitalar Brasileiro. (cadernos de Atenção Especializada). Brasília: 2004.</p> <p>BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass). SUS: avanços e desafios. Brasília: Conass, 2006. Disponível em http://www.conass.org.br/pdfs/livro_sus_avancos_desafios.pdf Acesso em 16 de out. de 2014.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>CAMPOS, GWS. Reforma Política e sanitária: a sustentabilidade do SUS em questão? In: Rev. Ciência & Saúde Coletiva 12(2):301 - 306.2007.</p> <p>BRASIL, Ministério da Saúde, secretaria Executiva. Departamento de Apoio a Descentralização. Diretrizes Operacionais: Pacto pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão – Ministério da Saúde, Secretaria Executiva. Departamento de Apoio a Descentralização. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.</p> <p>BRASIL, Ministério da Saúde, secretaria Executiva. Departamento de Apoio a Descentralização. Regionalização solidária e cooperativa: orientações para sua implementação no SUS. Ministério da Saúde, Secretaria Executiva. Departamento de Apoio a Descentralização. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.</p> <p>GADELHA, CAG. O Complexo industrial da saúde e a necessidade de um enfoque dinâmico na economia da saúde. IN: Revista Ciência&Saúde Coletiva, v. 8, nº 2, p.521-535, 2003</p> <p>GIOVANELLA, L (Org.) Política e Sistema de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.</p>		

Módulo: II


 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Vigilância em Saúde	Disciplina: Ectoparasitas e Animais Peçonhentos	
	Módulo: II	
Total de Horas: 60 horas	Aulas Teóricas: 60 horas	Aulas Práticas:
Ementa do Programa		
<p>Saneamento básico e do meio; seleção, descarte e reciclagem de lixo; epidemiologia: prevenção e controle de doenças infectocontagiosas e infestoparasitárias; métodos de investigação epidemiológica, conceito de risco, Epidemiologia; saúde pública.</p>		
Objetivos		
<ul style="list-style-type: none"> ● Inserir o conhecimento em ectoparasitas e animais peçonhentos. ● Listar as espécies mais importantes na saúde pública; ● Explicar os métodos de prevenção, controle e tratamento químico de bicho de pé. ● Conhecer a biologia e comportamento do percevejo de cama; ● Oferecer uma visão sobre métodos de prevenção e de controle do ácaro da poeira; ● Entender biologia e comportamento do carrapato da família <i>Argasidae</i>; ● Descrever os conceitos de animais peçonhentos e de animais venenosos; ● Entender a biologia e comportamento dos escorpiões; ● Oferecer uma visão sobre os sintomas, tratamento e primeiros socorros; ● Entender a biologia e comportamento das aranhas; ● Descrever a importância do método de prevenção de acidentes de abelhas, vespas e formigas. 		
Bibliografia Básica		
<p>AZEVEDO-Marques, M. M. Diagnóstico e condutas nos acidentes por escorpiões e abelhas. Rev. Soe. Bras. Med. Trop. 1994; 27(Supl. IV): 683-8.</p> <p>BINOTTI, Raquel; Oliveira, Celso Henrique de. Colchões são abrigos preferidos de ácaros. Jornal da Unicamp. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/maio2003/ju211pg9a.html>. Acesso em 10 de outubro de 2011.</p> <p>Brasil. Manual de Diagnóstico e Tratamento de Acidentes por Animais Peçonhentos. Brasília, 2001.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>BUCARETCHI, F. Análise das principais diferenças clínicas e epidemiológicas dos acidentes por escorpiões das espécies <i>T. serrulatus</i> e <i>T. bahiensis</i>, e por aranhas do gênero <i>Phoneutria</i>, atendidos no CCI-HC-UNICAMP, no período de janeiro de 1984 a julho de 1988. [dissertação de mestrado]. Campinas: UNICAMP; 1990.</p> <p>Brasil. Guia Brasileiro de Vigilância Epidemiológica. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. 1998.</p> <p>CAMPOS JÁ; Costa, D. M.; Oliveira, J. S. Acidentes por animais peçonhentos. In: Marcondes, E. ed. <i>Pediatria básica</i>. São Paulo: Savier; 1985.</p> <p>Fundação Nacional de Saúde. Manual de diagnóstico e tratamento de acidentes por animais peçonhentos. Brasília; 1992.</p> <p>JORGE, M. T; Ribeiro, L. A. R. Acidentes por serpentes peçonhentas do Brasil. Ver. Assoc.</p>		

Med. Bros. 1990; 36(2): 66-77.


 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Vigilância em Saúde	Disciplina: Vigilância Epidemiológica	
	Módulo: II	
Total de Horas: 60 horas	Aulas Teóricas: 60 horas	Aulas Práticas:
Ementa do Programa		
<p>Vigilância Epidemiológica; fundamentos de saúde pública; processo e conceito de saúde e doença; mecanismo de transmissão; conceitos e objetivos da epidemiologia; quadro demográfico e sanitário brasileiro; organização do sistema de saúde no Brasil; importância das variáveis; noções básicas das vigilâncias sanitárias, ambiental e epidemiológica e seus procedimentos técnicos e doenças transmissíveis: cólera, doença de Chagas, esquistossomose, as leishmanioses – visceral e tegumentar mucosa -, dengue e influenza.</p>		
Objetivos		
Objetivo Geral:		
<p>A Vigilância Epidemiológica tem como principal objetivo a obtenção contínua e oportuna de conhecimentos acerca dos componentes envolvidos com as condições de saúde e a ocorrência de doenças, visando oferecer apoio aos programas de prevenção, tanto no controle como na erradicação de doenças.</p>		
Objetivos Específicos:		
<ul style="list-style-type: none"> ● Diferenciar epidemiologia clínica da comunitária; ● Entender a importância da estrutura epidemiológica; ● Analisar as diferenças e objetivos da epidemiologia descritiva e analítica e quando as mesmas serão utilizadas; ● Destacar alguns instrumentos que podem ser utilizados no cotidiano dos trabalhadores de saúde, principalmente no que se refere à elaboração de diagnósticos de saúde, um dos campos com maior potencial de ser utilizado nesses serviços; ● Conhecer dos indicadores de saúde; ● Aprender como é realizada a análise de dados na vigilância epidemiológica; ● Conhecer alguns bancos de dados; ● Aprender sobre a efetivação do levantamento epidemiológico; ● Traçar diferenças entre morbidade e mortalidade; ● Descrever as condições de saúde da população; ● Investigar os fatores determinantes da situação de saúde. 		
Bibliografia Básica		
<p>ALMEIDA FILHO, N; ROUQUAYROL, M.Z. Introdução à epidemiologia. Rio de Janeiro: MEDSI. 2002.</p> <p>DRUMOND, MJ. Epidemiologia nos municípios: muito além das normas. São Paulo: Hucitec; 2003.</p> <p>ROUQUAYROL, M.Z, ALMEIDA FILHO, N . Epidemiologia e Saúde. 6ª ed. Rio de Janeiro: Medsi: 2003.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Prevenção e controle à fiscalização e Fraude de Medicamentos. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2010.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Centro Nacional de Epidemiologia. Seleção das Doenças de Notificação Compulsória: Critérios e Recomendações para as Três Esferas de Governo – Documento Final. Brasília, junho de 1998. (mimeo), 1998.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde. Centro Nacional de Epidemiologia. Guia de Vigilância Epidemiológica. Brasília, 1994.</p>		

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. **Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis - AIDS**. Vigilância Epidemiológica - Documento Referencial. Mimeo. Brasília, SAS, agosto, 1993.

BRASIL. Secretaria de Saúde da Bahia. **Manual de Normas e procedimentos técnicos para Vigilância Epidemiológica**. 4 ed., rev. amp. Salvador, 1991.


 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Vigilância em Saúde	Disciplina: Sistema de Limpeza Urbana	
	Módulo: II	
Total de Horas: 60 horas	Aulas Teóricas: 60 horas	Aulas Práticas:
Ementa do Programa		
<p>Legislação sanitária; princípios de gerenciamento de resíduos sólidos; ambiente antrópico, equilíbrio ecológico, poluição, ocupação do espaço urbano, rural e edificações, noções sobre EIA (Estudo de Impacto Ambiental) e RIMA (Relatório de Impacto Ambiental); fundamentos de saneamento básico e do meio ambiente; saúde ambiental; gestão ambiental; saúde pública.</p>		
Objetivos		
<ul style="list-style-type: none"> ● Inserir o conhecimento em sistemas de Limpeza Urbana. ● Apresentar outros serviços que compõem as etapas do Sistema de Limpeza Urbana; ● Apresentar a importância da educação ambiental bem como a sua aplicação no Sistema de Limpeza Urbana. 		
Bibliografia Básica		
<p>AIZEN, Mário e PECHMANN, Roberto M. Memória da limpeza urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Coopin, Comlurb, 1985.</p>		
<p>HELLER, L.; COSTA, A. M. L M. da; BARROS, R. T. de V. Saneamento e o município. In: BARROS, R. T. de V. Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios: Saneamento. v.2. Belo Horizonte: UFMG – DESA, 1995.</p>		
<p>FERRAZ, S.T. Cidades Saudáveis – uma urbanidade para 2000. São Paulo:Ed. Paralelo 15, 1999.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 8419: Apresentação de projetos de aterros sanitários de resíduos sólidos urbanos – procedimentos. Rio de Janeiro, 1992.</p>		
<p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 14.001 Sistema de gestão ambiental: especificação e diretrizes para uso. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.</p>		
<p>ADEODATO, Sérgio. Reciclagem: ontem, hoje e sempre. São Paulo: CEMPRE, 2008.</p>		
<p>EIGENHEER, Emilio Maciel. Lixo, vanitas e morte. Niterói: Eduff, 2003.</p>		
<p>EIGENHEER, Emilio Maciel (org). Lixo hospitalar: ficção legal ou realidade sanitária? Rio de Janeiro: Semads, 2002.</p>		

 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Vigilância em Saúde	Disciplina: Sistema de Abastecimento de Água	
Módulo: II		
Total de Horas: 60 horas	Aulas Teóricas: 60 horas	Aulas Práticas:
Ementa do Programa		
Conceito de contaminação, princípios de Microbiologia, noções de Microbiologia, fundamentos de saneamento básico, abastecimento de água, tratamento de efluentes e de resíduos, doenças de veiculação hídrica.		
Objetivos		
<p>Objetivo Geral: Estudar a concepção e dimensionamento de sistemas de abastecimento de água.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Analisar consumo de água e população de projeto; ● Levantar tipos de captação; ● Dimensionar reservatórios e adutoras; ● Desenvolver sistemas de abastecimento de água; ● Proposição de soluções técnicas sustentáveis; ● Monitorar sistemas em operação. 		
Bibliografia Básica		
<p>MADIGAN, Michael T.; MARTINKO, John M. e PARKER, Jack – Microbiologia de BROCK – 10ª edição, São Paulo: Pretice Hall, 2008.</p> <p>MAGOSI, Luiz Roberto; BONACELLA, Paulo Henrique. Poluição das águas. 2ª edição. São Paulo: Editora Moderna, 2006.</p> <p>RICHTER, Carlos A. Água: Métodos e Tecnologia de Tratamento. São Paulo: Ed. Blucher, 2009.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>AMABIS, José Mariano; MARTHO, Gilberto Rodrigues. Biologia das populações. Volume 3. São Paulo: Editora Moderna, 2006.</p> <p>AZEVEDO NETTO, J. M. de. Manual de Hidráulica. São Paulo: Ed. Blucher.</p> <p>HELLER, Léo; PÁDUA, Valter Lúcio de. Abastecimento de água para o consumo humano. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.</p> <p>LIBÂNIO, Marcelo. Fundamentos de qualidade e tratamento de água. Campinas: Editora Átomo, 2005.</p> <p>TSUTIYA, Milton T. Abastecimento de Água. São Paulo: Escola Politécnica da USP, 2006.</p>		


 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Vigilância em Saúde	Disciplina: Sistema de Esgotamento Sanitário e Drenagem	
	Módulo: II	
Total de Horas: 60 horas	Aulas Teóricas: 60 horas	Aulas Práticas:
Ementa do Programa		
Estação de Tratamento de Esgoto, tratamento de esgotos, resíduos líquidos e sólidos, aterro sanitário, drenagem pluvial, planejamento ambiental, necessidades humanas básicas e necessidades de saúde.		
Objetivos		
<ul style="list-style-type: none"> ● Inserir o conhecimento em sistemas de Esgotamento Sanitário e Drenagem. ● Minimizar os riscos associados à falta de cuidados elementares relacionados ao esgoto sanitário; ● Conceituar bases elementares dos esgotos sanitários, imprescindíveis para determinação da melhor forma de seu tratamento e destino final; ● Caracterizar os tipos de sistemas de esgotamento sanitário e seus componentes; ● Conhecer as formas mais adequadas de tratamento a ser dado aos esgotos sanitários no sentido a obter o melhor resultado final, com segurança ao meio ambiente e que não mais represente risco à saúde da população; ● Aprender a destinar corretamente e ter cuidados elementares que devem ser tomados com relação aos resíduos gerados em uma estação de tratamento de esgoto; ● Adquirir cuidados da saúde ambiental e humana, por meio da drenagem urbana; ● Conhecer usos da matéria prima da drenagem urbana, as chuvas, e como podem ser a resolução de problemas em muitos locais; ● Conceituar e exemplificar sistemas convencionais e alternativos de drenagem urbana; ● Conhecer os sistemas de drenagem e seus componentes, assim como ser capaz de diferenciá-los. 		
Bibliografia Básica		
AISSE, Miguel M. Sistemas econômicos de tratamento de esgotos sanitários . Rio de Janeiro: ABES, 2000. BONACELLA, Paulo Henrique. A poluição das águas . 14 ^a ed. São Paulo: Moderna, 1996. GENTILE, M. Promoção da Saúde e Município Saudável . São Paulo: VIVERE. Estudos em Políticas Sociais, 2001.		
Bibliografia Complementar		
ABRANTES, P.; SILVEIRA, H. Alterações climáticas na Europa: efeito nas doenças parasitárias humanas . Revista Portuguesa de Saúde Pública. Vol. 27, N. 2. p: 71-86, 2009. BELLA CALHA. Sistemas de Aproveitamento de água de chuva e equipamentos . Disponível em: http://www.bellacalha.com.br Acesso em out. 2010. BRASIL. Resolução CONAMA 357 . Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 2005. FENDRICH, Roberto et al. Drenagem e controle da erosão urbana . Curitiba: Ed. Champagnat. 1997. TSUTIYA, Milton e ALEM SOBRINHO, Pedro. Coleta e transporte de esgoto sanitário . São		


Paulo: Escola Politécnica da USP, 1999.


Módulo: III

 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	<p align="center">MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS</p>	
<p>Curso: Técnico em Vigilância em Saúde</p>	<p>Disciplina: Normas e Padrões de Qualidade dos Alimentos</p> <p>Módulo: III</p>	
<p>Total de Horas: 60 horas</p>	<p>Aulas Teóricas: 60 horas</p>	<p>Aulas Práticas:</p>
<p align="center">Ementa do Programa</p>		
<p>Princípios de informação em saúde; sistemas de informação e registro em saúde. Fundamentos de técnicas de pesquisa de campo, de organização e análise de dados; mecanismos de transmissão das doenças; princípios das boas práticas operacionais, sistemas de avaliação de pontos críticos de controle e fundamentos de avaliação da qualidade na indústria e no campo da saúde; noções básicas de ética. Legislação Sanitária.</p>		
<p align="center">Objetivos</p>		
<ul style="list-style-type: none"> ● Entender o que é um alimento seguro e quais os fatores que podem interferir na qualidade dos mesmos; ● Aprender quais os fatores dos alimentos que podem interferir na taxa de crescimento dos microrganismos; ● Entender o que é um alimento deteriorado, quais os mecanismos que podemos utilizar para melhor conservação dos alimentos e, de que forma, os microrganismos conseguem “driblar” estes mecanismos de controle; ● Aprender quais são as causas da contaminação de alimentos e quais são os agentes patogênicos mais transmitidos aos seres humanos pelos alimentos; ● Aprender de que forma podemos produzir alimentos realmente seguros, através da aplicação das Boas Práticas de Fabricação; ● Abordar, sistematicamente, de que forma poderemos analisar os perigos e pontos de controle que poderiam interferir na qualidade final dos alimentos produzidos em nossos estabelecimentos. 		
<p align="center">Bibliografia Básica</p>		
<p>Brasil. Ministério da Saúde. Métodos Físico-Químicos para Análise de Alimentos. Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária 2005.</p> <p>JUCENE, C. Manual de segurança alimentar: boas práticas para os serviços de alimentação. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2008.</p> <p>GERMANO, P. M. L. Higiene e vigilância sanitária de alimentos. 3ª Ed. Barueri: Manole, 2008.</p>		
<p align="center">Bibliografia Complementar</p>		
<p>ARAÚJO, J.M.A. Química de Alimentos: Teoria e Prática. São Paulo: Editora UFV, 2004.</p> <p>CECCHI, H.M. Fundamentos teóricos e práticos em análise de alimentos. Editora da Unicamp: Campinas, 2003.</p> <p>COSTA, N.M.B. E BORÉM, A. Biotecnologia e Nutrição. São Paulo: Editora Nobel, 2003.</p> <p>GOMES, J.C. Legislação de alimentos e bebidas. 2ª Ed. Viçosa: Editora UFV, 2009.</p>		


MANZALLI, P. V. **Manual para serviços de alimentação**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Metha, 2006.

 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Vigilância em Saúde	Disciplina: Inspeção, Legislação Sanitária e Ambiental	
Total de Horas: 60 horas	Aulas Teóricas:	Aulas Práticas:
Ementa do Programa		
Fundamentos de saúde pública, normalizações da área. Fundamentos da qualidade em saúde, noções de epidemiologia, noções básicas de ética. Vigilância à Saúde. Legislação Sanitária.		
Objetivos		
<ul style="list-style-type: none"> ● Conhecer as políticas públicas de saúde. ● Conhecer os principais contaminantes químicos e biológicos ambientais. ● Inserir o conhecimento em Inspeção, Legislação Sanitária e Ambiental. ● Propiciar estudos sobre a Vigilância Sanitária e Ambiental e sua importância para a saúde pública. ● Avaliar os estabelecimentos, serviços de saúde, produtos, condições ambientais e de trabalho, implicando em expressar julgamento de valor sobre a situação observada, se dentro dos padrões técnicos minimamente estabelecidos na Legislação Sanitária, e quando for o caso, a consequente aplicação de medidas de orientação ou punição, previstas na Legislação. ● Valorizar e compreender de forma clara o sistema de avaliação dos serviços de saúde; ● Analisar aspectos históricos da vigilância em saúde; ● Estudar legislações pertinentes que abordam a vigilância em saúde; ● Estudar a legislação sanitária vigente; ● Verificar eficácia da legislação; ● Elencar quais legislações aborda o tema em estudo. 		
Bibliografia Básica		
<p>BUSS, P. Promoção da Saúde e Qualidade de Vida. Revista Ciência e Saúde Coletiva, 2000.</p> <p>BRASIL. Leis, decretos, resoluções, portarias. Regulamento da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. Brasília: Ministério da Agricultura, 1998.</p> <p>ROUQUAYROL, M.Z; Almeida Filho, N. Epidemiologia e Saúde. Rio de Janeiro: MEDSI, 2003.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>ARROYO, C. S. Qualidade de serviços de assistência à saúde: o tempo de atendimento da consulta médica. São Paulo: USP, 2007.</p> <p>BOSI, Maria Lúcia Magalhães; UCHIMURA, Kátia Yumi. Avaliação da qualidade ou avaliação qualitativa do cuidado em saúde. Revista Saúde Pública. São Paulo: v. 1, n. 41, 2007.</p> <p>BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal. 1992. 364 p.</p> <p>HAZELWOOD, D.; MCLEAN, A. C. Manual de higiene para manipuladores de alimentos. São Paulo: Varela, 1998.</p>		

 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Vigilância em Saúde	Disciplina: Doenças Vetoriais, Viróticas e Reconhecimento Geográfico	
	Módulo: III	
Total de Horas: 60 horas	Aulas Teóricas: 60 horas	Aulas Práticas:
Ementa do Programa		
<p>Conceitos de saúde e doença, mecanismos de transmissão. Organização do sistema de saúde no Brasil. Quadro sanitário e demográfico brasileiro. Importância das variáveis demográficas e sociais, indicadores sociais. Risco em saúde. Saúde e trabalho. Vigilância epidemiológica. Vigilância sanitária. Fundamentos de saúde pública.</p>		
Objetivos		
<p>Objetivo Geral: Inserir o conhecimento em Doenças Vetoriais, Viróticas e Reconhecimento Geográfico.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Definir o que é uma zoonose; ● Listar algumas das principais zoonoses de importância em nosso país; ● Conhecer os principais hospedeiros e reservatórios desta doença; ● Conhecer algumas das principais apresentações da doença no animal e no ser humano; ● Conhecer o agente etiológico da doença e quem são os transmissores dessa enfermidade; ● Conhecer como a doença vem se comportando nas mais diversas áreas desse nosso país. ● Entender sobre a importância da vigilância epidemiológica para o combate da doenças em nosso meio e quais as medidas de controle adotadas; ● Descrever sobre o agente etiológico causador da doença, hospedeiros e reservatórios; ● Entender como é transmitida a doença para os humanos, os sintomas, período de incubação e os sinais clínicos observados. 		
Bibliografia Básica		
<p>BRASIL. Manual de vigilância e controle da leishmaniose visceral. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.</p> <p>REY, L. Bases da Parasitologia. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 2002.</p> <p>SCLIAR, M. História do conceito de saúde. Rio de Janeiro: Physis, 2007.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>BRASIL. Ministério da Saúde. Vigilância em saúde: zoonoses. Brasília: Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. 2009.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso. Brasília: Departamento de Vigilância Epidemiológica. 2010.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Vigilância em Saúde: Dengue, Esquistossomose, Hanseníase, Malária, Tracoma e Tuberculose. Brasília: Ministério da Saúde, Departamento de Atenção Básica. 2008..</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. O agente de saúde no controle da dengue. Brasília: Secretaria de Atenção à Saúde, 2009.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de diagnóstico laboratorial da malária. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. 2009.</p>		


 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Vigilância em Saúde	Disciplina: Planejamento Urbano	
	Módulo: III	
Total de Horas: 60 horas	Aulas Teóricas: 60 horas	Aulas Práticas:
Ementa do Programa		
<p>Legislação sanitária; princípios de informação em saúde; noções de espacialização (inclusive noções básicas para leitura e interpretação de mapas). Princípios das boas práticas operacionais, sistema de avaliação de pontos críticos de controle e fundamentos de avaliação da qualidade na indústria, comércio e no campo da saúde e saneamento; Princípios das boas práticas operacionais, sistemas de avaliação de pontos críticos de controle e fundamentos de avaliação da qualidade na indústria e no campo da saúde; noções básicas de ética; Legislação Sanitária; redação técnica.</p>		
Objetivos		
<ul style="list-style-type: none"> ● Entender o conceito de planejamento; ● Entender a origem das cidades; ● Compreender a evolução urbana; ● Conhecer a cidade atual; ● Entender o conceito de urbanismo; ● Compreender o planejamento urbano; ● Compreender os princípios da legislação urbanística; ● Conhecer os instrumentos urbanísticos legais; ● Compreender os objetivos do plano diretor; ● Conhecer a importância do plano diretor; ● Conhecer os instrumentos urbanísticos; ● Entender a aplicação dos instrumentos de gestão urbana; ● Conhecer as leis urbanísticas municipais; ● Entender a elaboração da legislação municipal; ● Conhecer a rede de infraestrutura urbana; ● Entender o conceito de planejamento ambiental; ● Conhecer a importância da arborização urbana. 		
Bibliografia Básica		
<p>ARAÚJO FILHO, Valdemar Ferreira de. Antecedentes político-institucionais da questão metropolitana no Brasil. in CARDOSO, Elizabeth Dezouart & ZVEIBIL, Victor Zaluar (org). Gestão Metropolitana: experiências e novas perspectivas. Rio de Janeiro: IBAM, 1996.</p> <p>LOPES, R. A cidade intencional – planejamento estratégico de cidades. Rio de Janeiro: Monuad, 1998.</p> <p>SANTOS, R. F. Planejamento ambiental: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Texto, 2004.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>BRASIL. Ministério das Cidades. Plano Diretor Participativo: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. 2ª ed. Brasília: Confea, 2005.</p> <p>LOPES, Rodrigo. A Cidade Intencional: O planejamento estratégico de cidades. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.</p> <p>SANTOS, M. A. Natureza do Espaço – Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.</p> <p>SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão</p>		

urbanos. Rio de Janeiro: BERTRAND Brasil, 2002.

 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS</p>	
<p>Curso: Técnico em Vigilância em Saúde</p>	<p>Disciplina: Metodologia da Pesquisa em Saúde I</p>	
	<p>Módulo: III</p>	
<p>Total de Horas: 60 horas</p>	<p>Aulas Teóricas: 60 horas</p>	<p>Aulas Práticas:</p>
<p>Ementa do Programa</p>		
<p>Compreender as diferentes formas de expressão escritas: científica e não-científica. Reconhecer em artigos científicos da área da saúde, o contexto situacional de sua publicação, a organização estrutural e estratégias de organização discursiva e lingüística; Capacidade de apropriação de recursos lingüísticos e discursivos para empregá-los adequadamente em reescrita e produções textuais no contexto da saúde.</p>		
<p>Objetivos</p>		
<ul style="list-style-type: none"> ● Inserir o conhecimento em Metodologia da Pesquisa em Saúde. ● Compreender as diferentes formas de expressão escritas; ● Reconhecer artigos científicos da área da saúde; ● Capacidade de apropriação de recursos lingüísticos. 		
<p>Bibliografia Básica</p>		
<p>ANDRADE, M. M. de. Introdução à metodologia do trabalho científico. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. RUIZ, J. A. Metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002. SANTOS, A. R. Metodologia científica: a construção do conhecimento. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.</p>		
<p>Bibliografia Complementar</p>		
<p>LEOPARDI, M. T. Metodologia da pesquisa na saúde. Santa Maria: Palloti, 2001. LOBIONDO, G. Pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação crítica e utilização. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001. MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2003. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de Bibliotecas. Normas para a apresentação de trabalhos. Curitiba: UFPR, 1981.</p>		

Módulo: IV

 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Vigilância em Saúde	Disciplina: Diretrizes Básicas do Sistema Único de Saúde	
	Módulo: IV	
Total de Horas: 60 horas	Aulas Teóricas: 60 horas	Aulas Práticas:
Ementa do Programa		
<p>Discute e analisa, de forma crítica, as políticas de saúde do Estado brasileiro. A questão do papel do Estado capitalista é abordada, com ênfase na experiência internacional da política de Estado de Bem Estar. O processo de construção do Sistema Único de Saúde (SUS) é analisado nas suas dimensões histórica, administrativa e política.</p>		
Objetivos		
<ul style="list-style-type: none"> ● Inserir o conhecimento em Diretrizes do Sistema Único de Saúde. ● Estudar as políticas de saúde do Estado brasileiro; ● Estudar o papel do Estado; ● Estudar o processo de construção do Sistema Único de Saúde (SUS). 		
Bibliografia Básica		
<p>BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da Família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial (1997). 2ªed. Brasília: MS, 1998.</p> <p>CAPISTRANO FILHO, David & PIMENTA, Aparecida Linhares. Saúde para todos, desafio ao município, 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1988.</p> <p>BODSTEIN, RCA. Estado de bem-estar social e cidadania: questões para o debate sobre políticas sociais. Revista Saúde em Debate, 1990.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>CARVALHO B. G; MARTIN G.B. ; CORDONI JUNIOR, L. A organização do sistema de saúde no Brasil (cap. 2). In: ANDRADE, S. M, SOARES, D. A, CORDONI JUNIOR, L. (orgs.). Bases da Saúde Coletiva. Londrina: UEL/Abrasco, 2001. p. 27-59.</p> <p>CAPISTRANO FoD. O programa de saúde da família em São Paulo. Estudos Avançados 13(35): 89-100, 1999.</p> <p>Carvalho BG, Martin GB, Cordoni JrL. A organização do sistema de saúde no Brasil. In: Andrade SM, Soares DA, Cordoni JrL (orgs.). Bases da Saúde Coletiva. Londrina: UEL/Abrasco, 2001. pp. 27-59.</p>		

 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Vigilância em Saúde	Disciplina: Segurança e Saúde no Trabalho	
	Módulo: IV	
Total de Horas: 60 horas	Aulas Teóricas:	Aulas Práticas:
Ementa do Programa		
<p>Formas de prevenção de acidentes do trabalho; fatores de risco – classificação; EPI e EPC – tipo, uso, legislação pertinente; causas dos acidentes do trabalho; CIPA – organização, funcionamento, legislação; legislação trabalhista e previdenciária; ergonomia no trabalho; técnicas de: prevenção de acidentes, manutenção preventiva de equipamentos, prevenção e combate ao fogo; códigos e símbolos específicos de SST – Saúde e Segurança no Trabalho. Princípios gerais de biossegurança; higiene e profilaxia; conceitos de assepsia, anti-sepsia, desinfecção, descontaminação e esterilização; gerenciamento do descarte de resíduos, fluidos, agentes biológicos, físicos químicos e radioativos; EPIs e EPCs – tipos e usos</p>		
Objetivos		
<ul style="list-style-type: none"> ● Saber identificar o acidente do trabalho; ● Conhecer os procedimentos a ser adotados em casos de ocorrência de acidentes do trabalho; ● Saber identificar as causas dos acidentes do trabalho; ● Saber identificar os agentes de riscos de acidentes presentes em um ambiente de trabalho; ● Conhecer as medidas preventivas - coletivas e individuais - contra os agentes de riscos de acidentes do trabalho; ● Saber identificar os agentes de riscos ergonômicos presentes em um ambiente de trabalho; ● Conhecer as medidas preventivas contra os riscos ergonômicos presentes em um ambiente de trabalho; ● Saber identificar os agentes de riscos químicos e biológicos presentes em um ambiente de trabalho; ● Conhecer as medidas preventivas contra os riscos químicos e biológicos presentes em um ambiente de trabalho; ● Saber identificar os agentes de riscos físicos presentes em um ambiente de trabalho; ● Conhecer as medidas preventivas contra os riscos físicos presentes em um ambiente de trabalho; ● Saber definir as proteções, individuais ou coletivas, para as situações de riscos constatadas em um ambiente de trabalho; ● Saber identificar os riscos de incêndios e explosões nos locais de trabalho; ● Saber definir as proteções indicadas para prevenção de incêndios e explosões; ● Saber aplicar os princípios gerais da Biossegurança; ● Saber aplicar os conhecimentos básicos da higiene e profilaxia; ● Saber aplicar os conhecimentos básicos do gerenciamento e descarte de resíduos; ● Entender o funcionamento da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA. 		

Bibliografia Básica

GONÇALVES, Edwar Abreu. **Manual de Segurança e Saúde no Trabalho**. 5. ed. São Paulo: LTr, 2011.

SALIBA, Tuffi M.; CORRÊA, Márcia A. C; AMARAL, Lênio S.; RIANI, Rubensmidt R. **Higiene do Trabalho e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais**. 2. ed. São Paulo: LTr, 1998.

SALIBA, Tuffi M.; CORRÊA, Márcia Angelim C. C. **Insalubridade e Periculosidade: aspectos técnicos e práticos**. São Paulo: LTr, 1994.

Bibliografia Complementar


COUTINHO, Antonio Souto. **Conforto e insalubridade térmica em ambientes de trabalho**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2005.

GONÇALVES, Edwar Abreu. GONÇALVES, José Alberto de Abreu. **Segurança e saúde no trabalho em 2000 perguntas e respostas**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2010.

GONÇALVES, Edwar Abreu. **Segurança e medicina do trabalho em 1.200 perguntas e respostas**. 3 ed. São Paulo: LTr, 2000.

SOTO, José Manuel O. G. **Equipamentos de Proteção Individual**. São Paulo: FUNDACENTRO, 1993.

VENDRAME, Antônio Carlos. **Agentes Químicos: reconhecimento, avaliação e controle na higiene ocupacional**. São Paulo: Ed. do Autor, 2007.

 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Vigilância em Saúde	Disciplina: Doenças Parasitárias Viróticas e Bacterianas	
	Módulo: IV	
Total de Horas: 60 horas	Aulas Teóricas: 60 horas	Aulas Práticas:
Ementa do Programa		
Conceitos de saúde e doença; mecanismos de transmissão; organização do sistema de saúde no Brasil; quadro sanitário e demográfico brasileiro; importância das variáveis demográficas e sociais; indicadores sociais; risco em saúde; saúde e trabalho; Vigilância Epidemiológica; Vigilância Sanitária; fundamentos de saúde pública.		
Objetivos		
<ul style="list-style-type: none"> ● Entender como funcionam os mecanismos básicos de sobrevivência destes parasitos; ● Conhecer o risco em saúde oferecido pela toxoplasmose; ● Conhecer seu agente etiológico e seus hospedeiros; ● Conhecer seu ciclo de transmissão; ● Conhecer as medidas de controle; ● Entender estrutura dos helmintos e a sua classificação; ● Apontar as três formas clínicas da doença; ● Distinguir os agentes etiológicos envolvidos em cada forma clínica e diferenciar as suas manifestações clínicas; ● Entender as formas de transmissão; 		

- Conhecer os hospedeiros principais de cada agente etiológico e suas respectivas formas de controle;
- Conhecer o agente etiológico mais frequente na área urbana e periurbana (*Echinococcus granulosus*);
- Conhecer hospedeiros;
- Conhecer o ciclo de transmissão e as medidas de controle e prevenção.

Bibliografia Básica

BLACK, Jacquelyn G. **Microbiologia: fundamentos e perspectivas**. 4º ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

BRASIL. Centro Nacional de Epidemiologia. **Doenças Infecciosas e Parasitárias**. Aspectos Clínicos, vigilância Epidemiológica e Medidas de Controle. Brasília: Ministério da Saúde - Fundação Nacional de Saúde, 2000.

NEVES, D. P.; Melo, A. L.; Linardi, P. M.; Vitor, R.W.A. **Parasitologia humana**. São Paulo: Ed. Atheneu, 2005.


Bibliografia Complementar

BLACK, Jacquelyn G. **Microbiologia: fundamentos e perspectivas**. 4º ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

BLAZIUS, R. D., EMERICK, S., PROPHIRO, J. S., ROMÃO, P. R. T. SILVA, O.S. **Ocorrência de protozoários e helmintos em amostras de fezes de cães errantes da Cidade de Itapema**. Santa Catarina: Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, v.38, n.1, p.73-74, 2005.

MARCELINO, Andreza Pain, LAFETÁ Bárbara Nobre. **Vigilância em Saúde: Doenças parasitárias, viróticas e bacterianas**. e-Tec Brasil/CEMF/Unimontes. Montes Claros: Escola Técnica Aberta do Brasil, 2011.

REY, L. **Bases da Parasitologia**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 2a ed, 2002.

 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Vigilância em Saúde	Disciplina: Educação em Saúde	
	Módulo: IV	
Total de Horas: 60 horas	Aulas Teóricas: 60 horas	Aulas Práticas:
Ementa do Programa		
Concepção de educação, saúde, sociedade, e cidadania, a partir das perspectivas educacionais existentes na saúde. A educação em saúde no processo de trabalho como geradora de um ser saudável e comprometido com o autocuidado individual e coletivo.		
Objetivos		
<ul style="list-style-type: none"> ● Problematizar a realidade da educação e saúde nos dias atuais como forma de entender, interagir e comprometer-se com a vida e o viver em comunidade; ● Proporcionar um ambiente de troca de conhecimentos acerca da educação e saúde na comunidade como forma de manutenção de um viver saudável; ● Refletir o processo de educação popular desde a infância até a fase adulta; ● Discutir a saúde popular e os mitos relacionados ao diagnóstico, tratamento e reabilitação 		

e a reinserção social após a doença;

- Refletir sobre o processo de saúde no Brasil e sua dimensão social nas práticas de saúde;
- Analisar a saúde como problema complexo, como produção social, não simplesmente como evento biológico, combatendo-a e promovendo a vida com qualidade;
- Refletir sobre o processo de trabalho como processos de aprendizagem, enunciando situações e necessidades de ordem pedagógica;
- Refletir a produção do conhecimento para a mudança das práticas em saúde, bem como a educação popular para a gestão das políticas públicas de saúde.

Bibliografia Básica

ANDREOLA, Balduino. **A Dinâmica de Grupo: jogo da vida didática do futuro**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1983.

BORDENAVE, Juan. PEREIRA, Adair M. **Estratégias de Ensino e Aprendizagem**. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

CANDAU, Vera Maria et al. **Tecendo a cidadania: Oficinas pedagógicas de direitos humanos**. Petrópolis: Vozes, 1996.

Bibliografia Complementar


CAPONI, Sandra, PADILHA, Maria I. (Org) et al. **A saúde em questão: um espaço para a reflexão**. Florianópolis: Ed. Dos Autores, 1999.

CIANCIARULLO, Tamara I. **Instrumentos Básicos para o cuidar**. São Paulo: Atheneu, 1996.

DEMO, Pedro. **Conhecimento Moderno: sobre ética e intervenção do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LEOPARDI, Maria Tereza (org). **O Processo de Trabalho em Saúde: Organização e Subjetividade**. Florianópolis: Ed. Papa Livros, 1999.

VALLA, Victor V. ,STOTZ, Eduardo N. (Org) et al. 2 ed. **Educação, Saúde e cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1996.

 <p>INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS</p>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	
Curso: Técnico em Vigilância em Saúde	Disciplina: Metodologia da Pesquisa em Saúde II	
	Módulo: IV	
Total de Horas: 60 horas	Aulas Teóricas: 60 horas	Aulas Práticas:
Ementa do Programa		
<p>Compreender as diferentes partes de um relatório de pesquisa, como constitutivos da investigação científica. Produzir textos com consistência argumentativa e correção lingüística, respeitando as normas da ABNT.</p>		
Objetivos		
<p>Objetivos Gerais: Estimular a construção de uma atitude investigativa permanente no aluno, articulando conhecimento teórico e experiência prática em pesquisa por meio da participação em pesquisas em andamento, ou em grupos de pesquisas. Desencadear discussões críticos-políticas acerca da pesquisa na área da saúde e da enfermagem contribuindo no processo de construção de um projeto</p>		

de pesquisa, articulado ao trabalho final do curso e ao projeto pedagógico.

Objetivos específicos:

- Proporcionar ao aluno do Curso Técnico em Vigilância em Saúde o conhecimento necessário sobre pesquisa e produção científica podendo assim contribuir para a construção de projetos de pesquisa na área da saúde.
- Possibilitar e estimular as potencialidades do aluno do curso de enfermagem para expor suas ideias sustentando as possibilidades do exercício acadêmico da argumentação do seu projeto de pesquisa
- Compreender as diferentes partes de um relatório de pesquisa;
- Produzir textos respeitando as normas da ABNT.

Bibliografia Básica

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

RUIZ, J. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SANTOS, A. R. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CANZONIERI, Ana Maria. **Metodologia da Pesquisa Qualitativa na Saúde**. São Paulo: Editora Vozes, 2010.

HADDAD, Nagib. **Metodologia de Estudos em Ciências de Saúde**. São Paulo: Roca Editora, 2004.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

VIEIRA, Sonia. HOSSNE, William Saad. **Metodologia Científica para a área de Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2011.

d) Critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores

Os critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores foram definidos a partir das orientações descritas no Título III, do Capítulo I, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Resolução CNE/CEB nº 06/2012 (BRASIL, 2012).

Será facultado ao discente solicitar o aproveitamento de disciplinas já cursadas e nas quais obteve aprovação, bem como de saberes profissionais desenvolvidos em seu itinerário profissional e de vida.

Vale salientar, conforme o Art. 36 da Resolução CNE/CEB nº 06/2012, que o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores do estudante poderá ser promovido desde que esteja diretamente relacionado com o perfil profissional de

conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional em questão e que tenham sido desenvolvidos:

- ✓ em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- ✓ em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;
- ✓ em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante;
- ✓ por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

Os interessados deverão protocolar requerimento específico, obtido na secretaria do Campus, dentro do prazo estipulado no Calendário Escolar.

O aproveitamento poderá ser obtido por dois procedimentos: por meio de análise da documentação comprobatória ou por meio da aplicação de exame de proficiência. No primeiro modo, será realizada análise da equivalência de conteúdos programáticos e de cargas horárias das disciplinas. Nesse caso, o requerimento deverá estar acompanhado do histórico escolar e do conteúdo programático das disciplinas cursadas, os quais serão submetidos à análise prévia de um docente indicado pelo coordenador.

O exame de proficiência será constituído de prova escrita e/ou prática ou outro instrumento de avaliação pertinente.

Caberá ao Coordenador designar banca examinadora especial para:

- ✓ estabelecer os conteúdos a serem abordados, as referências bibliográficas, as competências e habilidades a serem avaliadas, tomando como referência o estabelecido nesse Projeto Pedagógico;

- ✓ definir as características da avaliação e determinar sua duração;
- ✓ elaborar, aplicar e corrigir as avaliações.

As datas de requerimento para Exame de Proficiência, aplicação das provas e divulgação dos resultados deverão fazer parte do Calendário Escolar. O discente que obtiver um rendimento igual ou superior a 70% (setenta por cento) será dispensado de cursar a disciplina. A pontuação a ser atribuída ao discente será a que for obtida na avaliação, sendo registrado no histórico escolar como Aproveitamento de Conhecimentos e Experiências Anteriores (ACEA), observando-se o período e a carga horária constantes na matriz curricular do curso. Vale salientar que o discente deverá frequentar as aulas da(s) disciplina(s) da(s) qual requereu dispensa até o deferimento do pedido de aproveitamento.

e) Biblioteca, Instalações e Equipamentos

Neste item são apresentados de forma sumária os componentes da infraestrutura física, os equipamentos que compõe os ambientes educacionais do curso e demais materiais que poderão estar à disposição dos estudantes. Salienta-se que, caso o curso seja ofertado fora do município-sede do câmpus, o parceiro demandante será o responsável por providenciar toda a infraestrutura física e equipamentos necessários ao adequado funcionamento do curso.

O curso deve disponibilizar biblioteca com acervo adequado para consulta e empréstimo aos alunos, laboratórios com equipamentos e suprimentos necessários ao desenvolvimento das situações de ensino-aprendizagem, salas de aula com mobiliário adequado e recursos multimídias para alunos e professores.

f) Metodologias de ensino

As metodologias de ensino utilizadas no curso valorizarão:

- ✓ as capacidades e conhecimentos prévios dos discentes, as capacidades e a progressiva autonomia dos discentes com necessidades específicas;
- ✓ os valores e a concepção de mundo dos discentes, seus diferentes ritmos de aprendizagem, sua cultura específica, referente especialmente a seu

pertencimento social, étnico-racial, de gênero, etário, religioso e de origem (urbano ou rural);

- ✓ o trabalho coletivo entre docentes e equipe pedagógica, o diálogo entre docentes e equipe pedagógica, bem como entre instituição e comunidade;
- ✓ o uso das TICs; e
- ✓ o uso de diferentes estratégias didático-metodológicas: seminários, debates, atividades em grupo, atividades individuais, projetos de trabalho, estudos dirigidos, visitas técnicas, oficinas temáticas e outras.

g) Estratégias de integração do ensino e articulação com a sociedade

Este curso técnico poderá promover a integração entre as disciplinas/conteúdos ministrados através do planejamento conjunto de aulas, da realização de projetos que integrem conhecimentos de diferentes disciplinas e da atribuição de notas de maneira compartilhada. Acredita-se que assim, os conteúdos farão mais sentido para os discentes e que os mesmos aprenderão a utilizar conhecimentos de diferentes áreas para resolver uma situação-problema, capacidade muito demandada pelo mercado de trabalho atual.

A fim de promover a articulação com a sociedade, serão firmados convênios e parcerias entre o IFMG e a comunidade produtiva local, como também com o setor público, com o objetivo de fomentar a realização de estágio, visitas técnicas e eventos. Espera-se, por meio desta articulação, contribuir para a promoção do desenvolvimento local de forma contínua e sustentável.

O estágio supervisionado será opcional e realizado nos termos da Resolução nº 01, de 21 de janeiro de 2004 e Lei nº 11.788 de 2008. Esta atividade contará também com regulamento próprio da instituição e terá as seguintes características:

- ✓ carga horária mínima de 120 horas;
- ✓ realização em concomitância com o curso;
- ✓ realização no 3º semestre do curso;
- ✓ máximo de 6 horas diárias;
- ✓ idade mínima de 16 anos completos na data de início do estágio;

- ✓ orientação tanto por um supervisor de estágio do câmpus (professor) quanto por um supervisor de estágio da empresa (profissional da área), os quais acompanharão o aluno estagiário especialmente sobre questões relacionadas às atividades realizadas - especialmente a relação existente entre as disciplinas cursadas no curso técnico e as atividades realizadas no estágio – e frequência; e
- ✓ avaliação realizada pelos dois supervisores de estágio e pelo próprio aluno estagiário.

h) Estratégias de apoio ao discente

Os estudantes do curso poderão contar com uma rede de assistência estudantil e orientação educacional a ser disponibilizada de acordo com critérios estabelecidos pelo PRONATEC.

IV. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

a) Avaliação dos discentes

Os critérios de aprovação, reprovação e progressão parcial dos alunos matriculados nos cursos técnicos ofertados por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) observará as regulamentações gerais do Regimento de Ensino do IFMG. Contudo, tais regulamentações serão adequadas às especificidades dos cursos ofertados no âmbito do programa, adotando os critérios descritos a seguir.

O processo avaliativo será contínuo e cumulativo, considerando a prevalência de aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados durante o processo sobre os de eventuais provas finais (Art. 24, inciso V, da lei nº 9394/96). Funcionará como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem e também como princípio para tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades alcançadas pelos alunos. Para tanto, serão adotadas estratégias como: tarefas contextualizadas, diálogo constante com o aluno, utilização de conhecimentos significativos e esclarecimentos sobre os critérios que serão utilizados nas avaliações. Nesse sentido, o aproveitamento escolar será avaliado através de acompanhamento contínuo do estudante e dos resultados por ele obtidos nas atividades avaliativas, partindo dos seguintes princípios:

- ✓ prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- ✓ inclusão de tarefas contextualizadas e diversidade de instrumentos avaliativos;
- ✓ manutenção de diálogo permanente com o aluno;
- ✓ utilização funcional do conhecimento;
- ✓ divulgação dos critérios avaliativos, antes da efetivação das atividades;
- ✓ utilização dos mesmos procedimentos de avaliação para todos os alunos;
- ✓ apoio disponível para aqueles que têm dificuldades, ressaltando a recuperação paralela;

- ✓ estratégias cognitivas e metacognitivas como aspectos a serem considerados na correção;

- ✓ correção dos erros mais importantes sob a ótica da construção de conhecimentos, atitudes e habilidades; e

- ✓ relevância conferida às aptidões dos alunos, aos seus conhecimentos prévios e ao domínio atual dos conhecimentos que contribuam para a construção do perfil do futuro egresso.

A frequência às aulas e demais atividades programadas, para os alunos regularmente matriculados, é obrigatória (Art. 47, § 3º, da lei nº 9394/96). A justificativa de faltas só será permitida nos casos previstos em lei.

Compete ao professor elaborar as atividades avaliativas, bem como divulgar os resultados. Será considerado aprovado, ao final de cada semestre, o aluno que, após todo o processo de avaliação, tiver nota final igual ou superior a 60% em cada disciplina cursada e tiver 75% de frequência da carga horária total do período letivo do módulo em que estiver matriculado.

A nota final será composta pela média aritmética simples de duas notas parciais. Cada nota parcial, no valor de cem pontos, deverá ser constituída de no mínimo dois instrumentos avaliativos, cada um no valor máximo de cinquenta pontos.

Aos alunos de menor rendimento, serão oferecidas estratégias de recuperação como a monitoria e o atendimento individualizado do professor. Além disso, os alunos contarão com etapas de recuperações parcial e final. Cada recuperação consistirá de uma prova

no valor de cem pontos que versará sobre tópicos já abordados na etapa em questão. Para cômputo de notas parciais e final, prevalecerá sempre a maior pontuação obtida. Cada recuperação parcial acontecerá durante o período letivo do módulo no qual o aluno estiver matriculado e dentro da carga horária de cada disciplina.

Após a recuperação, caso o aluno ainda apresente aproveitamento insuficiente, terá direito aos Estudos Independentes em até duas disciplinas se possuir frequência igual ou superior a 75% do total da carga horária do período letivo (Resolução 41/2013, Conselho Superior do IFMG). Deverá também apresentar média maior ou igual a quarenta pontos e inferior a sessenta pontos.

Os Estudos Independentes contarão com dois instrumentos avaliativos: um trabalho no valor de vinte pontos e uma prova escrita no valor de oitenta pontos sobre todo o conteúdo da disciplina. A entrega do trabalho e a realização da prova acontecerão em períodos determinados pela Coordenação Adjunta, necessariamente após o encerramento da disciplina. A nota final do aluno na disciplina somente será substituída pela nota obtida nos Estudos Independentes, se esta for maior que aquela e até o limite de sessenta pontos.

Se o aluno obtiver 60% de aproveitamento em todas as disciplinas, mas possuir frequência global inferior a 75% no período letivo será reprovado e excluído do curso. O estudante que for reprovado em duas ou mais disciplinas no módulo em curso estará automaticamente reprovado e não poderá cursar nenhuma disciplina do módulo seguinte.

O aluno reprovado por rendimento em apenas uma disciplina, isto é, possuir aproveitamento entre 40 e 59% e frequência mínima de 75% do total da carga horária do período letivo no módulo em que se encontrar matriculado, será considerado apto à progressão parcial, ou seja, a cursar o módulo seguinte em sistema de dependência. O estudante deverá então solicitar a dispensa das disciplinas em que obteve aprovação a fim de cursar somente a disciplina em que foi reprovado. A possibilidade do estudante efetivamente cursar a disciplina pendente fica condicionada à oferta da mesma em cursos do PRONATEC.

b) Avaliação dos docentes

Semestralmente será realizada uma avaliação, sob a responsabilidade do setor pedagógico, na qual os alunos, gestores e servidores técnico-administrativos serão solicitados a avaliar os professores. Serão avaliados diversos itens relativos à prática em sala de aula, domínio de conteúdo, formas de avaliação, assiduidade, pontualidade, cumprimento da jornada de trabalho, postura profissional, dentre outros.

Os dados tabulados serão analisados pelo setor pedagógico e disponibilizados aos professores. Quando necessário, ocorrerão intervenções administrativas e pedagógicas para auxiliar o professor em sua prática docente.

c) Avaliação do curso

A avaliação do curso terá por finalidade orientar decisões que visem seu aprimoramento ao analisar as potencialidades e fragilidades do mesmo com vistas a atingir parâmetros de qualidade no processo educacional,

Constituirá objeto de avaliação permanente no curso a consecução dos objetivos propostos no projeto pedagógico, tendo em vista o perfil e as competências do egresso; as instalações e equipamentos disponibilizados a discentes e docentes; a adequação da formação dos docentes às disciplinas por eles ministradas; os índices de reprovação e evasão.

A avaliação do curso será realizada pela equipe pedagógica por meio de reuniões sistemáticas e eventuais ao longo do semestre e deverá observar as sugestões de toda a equipe responsável pela oferta do mesmo, além das críticas e sugestões dos discentes e dos parceiros envolvidos.

Com base nas avaliações realizadas, esse projeto poderá ser modificado, sempre que necessário, a fim de garantir a qualidade do processo educacional.

d) Objetos de avaliação do trabalho docente e do curso

Além dos elementos expostos acima, uma vez por semestre, sob a responsabilidade do setor pedagógico, o Curso Técnico em Vigilância em Saúde e seu corpo docente serão avaliados com base nos seguintes objetos:

- plano de ensino;
- projetos orientados pelo docente;
- produtos desenvolvidos sob a orientação do docente;
- autoavaliação docente;
- sugestões e críticas dos discentes; e
- sugestões e críticas dos próprios docentes, equipe pedagógica, demais servidores técnico-administrativos e comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. Seção 01. Número 248, 23 de dezembro de 1996.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. Seção 01. Número 253, 30 de dezembro de 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. **Orientações para a elaboração e atualização de projetos pedagógicos dos cursos técnicos do IFMG**, Belo Horizonte, nov. de 2012.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. **Regimento de Ensino**, Belo Horizonte, fev. de 2012.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica. Resolução nº 6 de 2012, **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. Seção 01, 21 de setembro de 2012.

_____. Lei 12.513 de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm. Acesso em 09 set. 2014.